

RESENHA DA NOTA DE EMPENHO N.º 2020NE000009/TJ/MA; PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 47.572/2017; OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO 4º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SÃO LUÍS. NOS TERMOS DO CONTRATO N.º 27 D/2017; BASE LEGAL: ART. 24 DA LEI N.º 8.666/93; CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO; CONTRATADO: OPERADORA DE SHOPPING CENTER LUA NOVA LTDA - ME; CNPJ: 09.472.186/0001-56; DATA DE EMISSÃO DA NOTA DE EMPENHO: 21/01/2020; VALOR DA NOTA DE EMPENHO: R\$ 153.999,00 (CENTO E CINQUENTA E TRÊS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNID. ORÇAMENTÁRIA: 04102 – CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA; FUNÇÃO: 02 – JUDICIÁRIA; SUBFUNÇÃO: 061 – AÇÃO JUDICIÁRIA; PROGRAMA: 0543 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: PROJETO ATIVIDADE: 4434 – ACESSO À JUSTIÇA; NATUREZA DE DESPESA: 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; MODALIDADE DO EMPENHO: GLOBAL; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: DISPENSA. ORDENADOR DE DESPESA: AMUDSEN DA S. BONIFÁCIO; CPF 827.596.773-20.

FLAVIA DE JESUS COSTA MORAES BUNA  
Auxiliar Judiciário - Apoio Administrativo  
Divisão de Contratos e Convênios  
Matrícula 103762

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 22/01/2020 11:38 (FLAVIA DE JESUS COSTA MORAES BUNA)

## Diretoria Financeira

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º Quadrimestre de 2019

DESPESAS EXECUTADAS														
3º Quadrimestre de 2019														
(Últimos 12 Meses)														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")													R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	MR-11	MR-10	MR-09	MR-08	MR-07	MR-06	MR-05	MR-04	MR-03	MR-02	MR-01	MR	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	
													(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	63.834.130,68	65.043.628,23	62.896.554,40	63.507.121,02	64.401.591,64	90.396.356,31	63.214.308,02	63.576.925,75	84.791.479,51	72.698.091,53	69.888.880,23	111.273.873,74	875.522.941,06	113.580,57
Pessoal Ativo	56.053.002,68	57.281.886,05	55.124.342,61	55.734.909,22	56.596.150,75	82.647.025,00	55.428.141,76	55.819.163,44	76.969.385,71	63.919.690,53	63.283.145,33	93.468.534,16	772.325.377,24	113.580,57
engargos patronais	7.781.128,00	7.761.742,18	7.772.211,79	7.772.211,80	7.805.440,89	7.749.331,31	7.786.166,26	7.757.762,31	7.822.093,80	8.778.401,00	6.605.734,90	17.805.339,58	103.197.563,82	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPU	10.768.	11.511.	9.672.	10.266.	11.225.	11.827.	9.998.	10.074.	33.955.	11.931.	11.705.	22.794.	165.732.	

TADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	322,95	924,74	225,04	503,52	324,07	963,95	544,26	614,09	396,99	797,66	539,57	074,71	231,55	0,00
Decisão PL TCE nº 15/2004	8.818.213,85	9.124.919,22	8.702.675,20	8.776.302,97	8.690.490,17	9.321.425,72	8.721.960,90	8.774.474,52	11.431.270,17	9.068.271,20	8.939.713,80	18.686.125,01	119.055.842,73	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	41.606,27	75.378,45	93.475,97	50.788,69	70.211,75	156.109,27	30.037,69	122.791,81	95.389,62	96.777,65	31.895,90	56.378,70	920.841,77	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.908.502,83	2.311.627,07	876.073,87	1.439.411,86	2.464.622,15	2.350.428,96	1.246.545,67	1.177.347,76	22.428.737,20	2.766.748,81	2.733.929,87	4.051.571,00	45.755.547,05	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	53.065.807,73	53.531.703,49	53.224.329,36	53.240.617,50	53.176.267,57	78.568.392,36	53.215.763,76	53.502.311,66	50.836.082,52	60.766.293,87	58.183.340,66	88.479.799,03	709.790.709,51	113.580,57

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.530.152.195,28	-----
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	-----
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	14.530.152.195,28	-----
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	709.904.290,08	<b>4,89%</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	871.809.131,72	<b>6,00%</b>
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	828.218.675,13	<b>5,70%</b>
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	784.628.218,55	<b>5,40%</b>

FONTE: Sistema: SIAFEM; Unidade Responsável: TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Data da emissão: 22/01/2019 e hora de emissão: 09:15

- 1 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 1.895/2002, inativos e pensionistas não são computados para fins dos limites específicos dos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.
- 2 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 15/2004, o valor do imposto de renda retido na fonte não deverá ser computado como despesa com pessoal compondo os limites globais e específicos previstos nos arts. 19 e 20 da LRF, no valor de R\$ 119.055.842,73.
- 3 - De acordo com o Manual de Riscos Fiscais 2018 as despesas com ressarcimento de servidores cedidos com ônus para o órgão de origem, quando do efetivo ressarcimento, deverão ser excluídas da Despesa Bruta com Pessoal. O valor deduzido com ônus ressarcido foi de R\$ 3.313.400,76.

São Luís-MA, 22 de janeiro de 2020.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA

Diretor de Controle Interno

AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO

Diretor Financeiro

Desembargador JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS

Presidente

ESTADO DO MARANHÃO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º Quadrimestre de 2019

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") 1,00

IDENTIFI- CAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONI- BILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSU- FIÊNCIA FINAN- CEIRA VERIFI- CADA NO CONSÓR- CIO PÚBLICO	DISPONIBI- LIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(AN- TES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (Pode apresentar saldo negativo)	RESTOS A PAGAR EMPENHA- DOS E NÃO LIQUIDA- DOS DO EXERCÍCIO	EMPE- NHOS NÃO LIQUI- DADOS CANCE- LADOS (NÃO INSCRI- TO POR INSU- FICIEN- CIA FINAN- CEIRA)	DISPO- NIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empe- nhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obriga- ções Finan- ceiras					
		De Exer- cícios Anterio- res	Do Exer- cício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = [(a - (b + c + d + e) - f)]	(h)	-	(i) = (g - h)

TOTAL DOS  
RECURSOS  
VINCULADOS  
(I) (identificar  
de forma  
individualizada)

Receitas de  
Impostos e de  
Transferência  
de Impostos -  
Educação

Transferências  
do FUNDEB

Outros  
Recursos  
Vinculados à  
Educação

Receitas de  
Impostos e de  
Transferência  
de Impostos -  
Saúde

Outros  
Recursos  
Vinculados à  
Saúde

Recursos  
Vinculados à  
Assistência  
Social

Recursos  
Vinculados ao  
RPPS - Plano  
Previdenciário

Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro										
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos										
Outros Recursos Vinculados										
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	217.728.099,98	-	11.012.497,69	-	5.278.415,42	-	201.437.186,87	41.622.779,96	-	159.814.406,91
Recursos Ordinários	112.201.651,50	-	10.067.324,35	-	5.274.275,74	-	96.860.051,41	9.209.959,63	-	87.650.091,78
<b>OUTROS NÃO VINCULADOS</b>	105.526.448,48	-	945.173,34	-	4.139,68	-	104.577.135,46	32.412.820,33	-	72.164.315,13
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	217.728.099,98	-	11.012.497,69	-	5.278.415,42	-	201.437.186,87	41.622.779,96	-	159.814.406,91

FONTE: Sistema: SIAFEM; Unidade Responsável: TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Data da emissão: 22/01/2019 e hora de emissão: 09:15

Nota: Os Recursos ordinarios são oriundos de fonte do tesouro e os outros recursos não vinculados tem como origem os fundos de natureza contábil vinculados ao Poder Judiciário.

1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

São Luís-MA, 22 de janeiro de 2020.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA  
Diretor de Controle Interno

AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO  
Diretor Financeiro

Desembargador JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS  
Presidente

GOVERNO ESTADUAL  
PODER JUDICIÁRIO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º QUADRIMESTRE 2019 (JAN A DEZ)

LRF, art. 48 - Anexo VII		R\$ 1,00
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Despesa Total com Pessoal - DTP	709.904.290,08	4,89%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	871.809.131,72	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	828.218.675,13	5,70%
<b>DÍVIDA</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

<b>GARANTIA DE VALORES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total das Garantias		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>SUFICIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	41.622.779,96	201.437.186,87
FONTE: SIAFEM		
São Luís-MA, 22 de janeiro de 2020		

JUREMA MAMEDE DE PAIVA  
Diretor de Controle Interno

AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO  
Diretor Financeiro

Desembargador JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS  
Presidente

## Divisão de Arrecadação do FERJ

COMFERJ-DFERJ - 1002020  
Código de validação: C14A411BBD

A Diretoria do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário do Estado do Maranhão, comunica para conhecimento geral que foi informada pelo Escrevente Autorizado da Serventia Extrajudicial do 2º Ofício de Arari – MA, Sr. Jamilson Gabriel Oliveira Rego, através do Ofício nº 101/2019-SE datado de 16 de outubro de 2019, da inutilização de 37 (trinta e sete) folhas de papel de segurança adquiridos junto ao FERJ, conforme RESOL-GP – 442015 e RESOL-GP – 232017 possuindo os papéis as seguintes numerações: CGS-AMA 3273793, 3273685, 3273776, 3273672, 3273766, 3273751, 3273647, 3273652, 3273736, 3273631, 3257630, 3273628, 3273627, 3273617, 3273605, 3273602, 3319479, 3319478, 3319471, 3319447, 3319446, 3319444, 3319441, 3319438, 3319424, 3319416, 3319414, 3319406, 3319403, 3234443, 3234461, 3234478, 3234487, 3234497, 3297550, 3297503, 3297501.

São Luís, 22 de janeiro de 2020.

CELERITA DINORAH SOARES DE CARVALHO SILVA  
Diretora do Ferj  
Diretoria do Ferj  
Matrícula 113399

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 22/01/2020 10:36 (CELERITA DINORAH SOARES DE CARVALHO SILVA)

COMFERJ-DFERJ - 922020  
( relativo ao Processo 453542019 )  
Código de validação: 6468CB3179

A Diretoria do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário do Estado do Maranhão-FERJ, nos termos do art. 3º da RESOL-GP-502019, que regulamenta a atuação da Comissão de Implantação do Selo de Fiscalização Eletrônico nas Serventias Extrajudiciais do Estado do Maranhão, comunica para conhecimento geral que os selos abaixo relacionados, registrados para o 1º Ofício Extrajudicial de Grajaú - MA, foram inutilizados.